



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 09/2025

Período: 28/03/2026 a 03/04/2026

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Proposta de restrição a militares da ativa em cargos públicos dividiu especialistas
- 2- Coluna opinativa discute a defasagem da defesa brasileira
- 3- Oficializada a promoção da primeira mulher general do Exército brasileiro

1- Proposta de restrição a militares da ativa em cargos públicos dividiu especialistas

O periódico *Folha de S. Paulo* apresentou um debate opinativo acerca da proposta que visava vetar a atuação de militares da ativa em cargos públicos, reunindo posicionamentos divergentes de Alberto Rollo e Roberto Sebastião Peternelli Júnior. Em posição favorável, Alberto Rollo, advogado e professor de direito eleitoral, argumentou que a medida promoveria maior isonomia entre carreiras de Estado. Destacou que, diferentemente de magistrados e membros do Ministério Público, militares poderiam afastar-se para disputar cargos eletivos sem a necessidade de desligamento definitivo, podendo retornar à função em caso de insucesso. Para ele, essa possibilidade configurava um tratamento desigual e funcionava como uma alternativa de segurança inexistente para outras carreiras. Alberto Rollo também sustentou que a situação poderia gerar influências sobre subordinados, afetando a liberdade de escolha dentro da estrutura militar. Além disso, avaliou que o modelo vigente poderia contribuir para a politização das Forças Armadas. Nesse sentido, defendeu que a exigência de desligamento definitivo representaria uma atualização necessária diante das mudanças no cenário político, preservando a neutralidade institucional e equiparando regras entre diferentes carreiras públicas. Em sentido contrário, Roberto Sebastião Peternelli Júnior, general da reserva do Exército e ex-parlamentar, defendeu que o ordenamento jurídico já disciplinava adequadamente a participação de militares em funções públicas. Argumentou que havia regras claras sobre afastamento, transferência para a reserva e condições de exercício dos cargos, não havendo lacuna que justificasse novas restrições. Além disso, afirmou que a atuação de militares nesses cargos ocorria de forma pontual e regulamentada, não se tratando de prática generalizada. Ressaltou ainda que a formação técnica, a disciplina e a experiência desses profissionais poderiam contribuir significativamente para a administração

pública. Também ponderou que restrições adicionais poderiam limitar o aproveitamento de quadros qualificados formados pelo próprio Estado. Assim, considerou que a ampliação de impedimentos não é necessária. (Folha de S. Paulo - Opinião - 28/03/26)

2- Coluna opinativa discute a defasagem da defesa brasileira

Em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, o ex-comandante da Aeronáutica Carlos de Almeida Baptista Júnior alertou que as Forças Armadas brasileiras "não estão minimamente preparadas para o conflito moderno". O diagnóstico revela dois problemas combinados: o Brasil gasta pouco, com o investimento em defesa caindo de 1,8% para cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto o gasto militar global subiu de 1,59% para 2,01% nos últimos quatro anos; e gasta mal, destinando 80% do orçamento para salários e apenas 5% para investimentos, proporção muito distante da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 40% e 25%, respectivamente. Enquanto isso, o mundo se rearma e os conflitos contemporâneos passam a ser decididos por tecnologia, drones e ciberdefesa. O ex-comandante concluiu que soberania exige capacidade real de ação, e que o país precisa, ao mesmo tempo, ampliar recursos e melhorar sua governança militar. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 29/03/2026)

3- Oficializada a promoção da primeira mulher general do Exército brasileiro

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, promoveu oficialmente uma militar ao posto de general, sendo considerada a primeira mulher na história militar brasileira a ocupar este cargo em mais de 300 anos. A promovida é a Dra. Claudia Lima Gusmão Cacho. Essa nomeação faz parte de uma série de promoções de oficiais a postos superiores nas Forças Armadas Brasileiras. Segundo o jornal, representa um avanço para as mulheres em posições militares tradicionalmente dominadas por homens. Além de sua importância histórica, essa promoção também reflete uma mudança estrutural gradual nas Forças Armadas Brasileiras em direção a uma maior abertura para mulheres em cargos de liderança. (Folha de S. Paulo - Política - 01/04/26)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa (Bolsista PIBIC)

Julia Helena Esmeraldo (Bolsista PIBEX)

Marcela Furlan de Cena

Equipe redação

Ashilley Arielle Pereira

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Estevão Alves Sousa Assunção Aragão

Fernanda Gonzaga Fabrício

Giovanna Pereira dos Santos

Isabela Lopes Banfada da Silva

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Luisa Rajczuk Quege

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza Garcia Rabelo

Nicole Souza Aguiar

Pedro Levi Negromonte de Lima

Vitória Cristina de Assunção Alves Bonfim